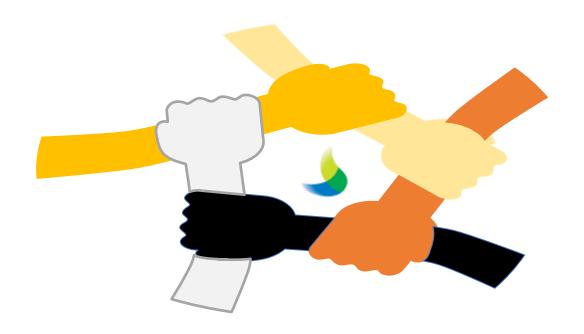


# PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DA AEEL NA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO BNDES



RIO DE JANEIRO – 05 DE JANEIRO DE 2022

### DESCONSTRUINDO OS MITOS DO MME E DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

CONTRIBUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE EMPREGADOS DA ELETROBRAS - AEEL NA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO BNDES (slides 2 a 37) PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DA AEEL NA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO BNDES (slides 38 a 41)

### Mitos do MME sobre a Eletrobras desconstruídos por este material

- O Mito da Perda de Capacidade Instalada
- O Mito da Incapacidade de Investimento
- O Mito das derrotas nos Leilões
- O Mito da Referência dos Planos Decenais de Expansão do MME
- O Mito da descotização de energia
- O Mito da Corporation
- O Mito dos ganhos para os contribuintes
- O Mito dos interesses republicanos na Privatização da Eletrobras
- O mito da eficiência privada x colapsos de energia

# A retórica infantil de perda de capacidade instalada da Eletrobras não tem o respaldo da Teoria Econômica, sobretudo num setor intensivo em capital e com grandes investimentos no século XXI.

10. 615 agentes transacionando energia (fonte: CCEE)

O Brasil passou de 58 agentes na CCEE em 2000 para 10.615 em 2021, crescimento de 18.202% !!!

1291 usinas leiloadas (fonte: ANEEL) O Brasil leilou 1291 empreendimentos de 2005-2019 (741 de eólica), sendo natural perda de capacidade de empresas já atuantes no mercado .

741 operações fusões e aquisições (fonte: KPMG)

O setor elétrico brasileiro teve 741 operações societárias desde o Plano Real. A busca de economias de escala e sinergias operacionais se observa no Brasil e mundo...

R\$ 410 bilhões fomentados BNDES (fonte BNDES –Setoriais)

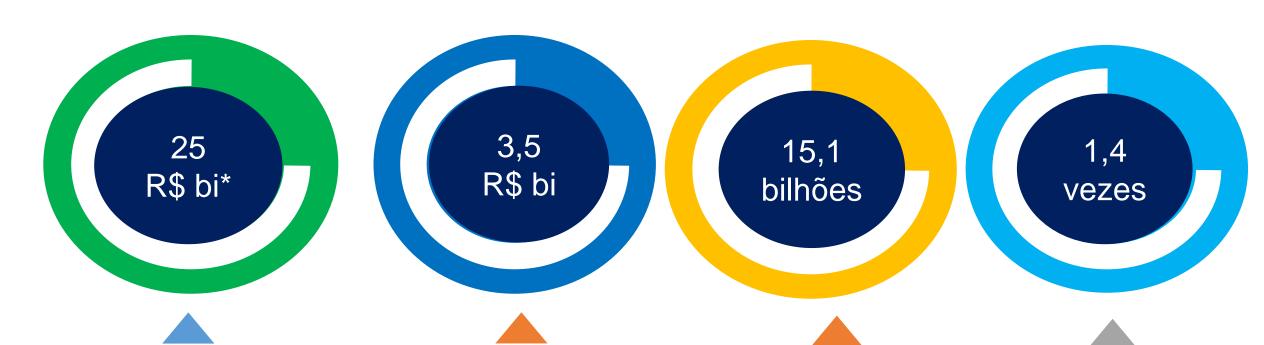
BNDES desembolsou mais de R\$ 410 bilhões no setor de 1995 a 2019, o que facilitou a entrada e crescimento de novas empresas no setor elétrico.

## O MME omite o tanto que a Eletrobras investiu ao longo das últimas décadas, seus recebíveis e sua saúde financeira !!!



Capacidade instalada da Eletrobras e agregada por suas parcerias até 2019 Linhas de transmissão da Eletrobras e agregada por suas parcerias até 2019 Valor investido pela Eletrobras no setor elétrico brasileiro de 2004 a 2019 (preços correntes) Dados de Balanço Recebíveis da Eletrobras incluindo RBSE (dados 2020)

## A Eletrobras, historicamente, paga bilhões em dividendos para União e tem uma saúde financeira invejável.



Eletrobras, no século XXI, já deu mais de R\$ 25 bilhões (valores correntes) de dividendos para União, concomitantemente a um robusto programa de investimento para o desenvolvimento do Brasil

O aporte da União de R\$
3,5 bi é irrisório perto da
geração de caixa da
Eletrobras e seu
protagonismo na provisão
de energia para o
brasileiros.

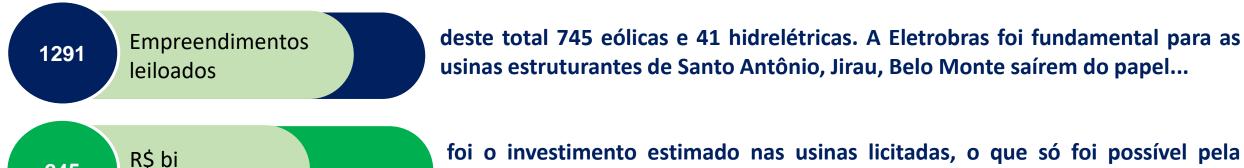
EBITDA da Eletrobras em 2021 (base anual), que mostra a sua força e geração de caixa para investimento. Podemos investir R\$ 10 bi/ano. A Eletrobras tem a relação dívida líquida/EBITDA de 1,4, uma das menores do setor, mostrando o seu baixo endividamento e facilidade de captação.

### Eletrobras investiu 100 bilhões em 15 anos

(nenhum agente privado investiu tanto no aumento do parque gerador e das redes de transmissão do Brasil, gerou emprego, contratações da indústria e do setor de serviços e estimulou o PIB no mesmo período!!!)

Investimentos Eletrobras nos ativos novos + construção + operação							
Dados Realizados Elb e SEB - R\$ bilhões correntes							
		Investimentos	Investimento Leilões				
Período	Anos	Anuais Eletrobras	Geração - SEB				
16 anos	Realizados	G&T	(só energia nova)				
1	2004	2,65	n.d				
2	2005	2,8	4,5				
3	2006	2,7	5,3				
4	2007	2,7	24,2				
5	2008	4,2	27,1				
6	2009	5,7	28,6				
7	2010	6,2	17,8				
8	2011	9,0	15,9				
9	2012	8,8	1,2				
10	2013	11,2	26,6				
11	2014	11,4	26,1				
12	2015	10,4	20,2				
13	2016	8,7	3,0				
14	2017	5,2	18,8				
15	2018	4,6	13,0				
16	2019	3,3	13,1				
	2004-2019	99,6	245,4				

### Resumo dos Leilões de Expansão da Geração no Brasil 2005-2019



foi o investimento estimado nas usinas licitadas, o que só foi possível pela carteira do BNDES para o setor, sobretudo nos Governos Lula e Dilma.

- nos 15 anos, foram licitados uma potência superior a toda a capacidade instalada que o Brasil construiu no século XX. Lembrando o presidente JK, podemos chamar de 100 anos em 15 !!!
- Bolsonaro, ao priorizar desinvestimentos e privatização de de ativos em

foi o emprego gerado pelo investimento produtivo. Governo Temer e milhões 1,3 empregos operação comercial, deixam de gerar novas oportunidades de emprego no país.

R\$ bi 407 Investimentos PDE 2029

**GW** 

Potência

Contratada

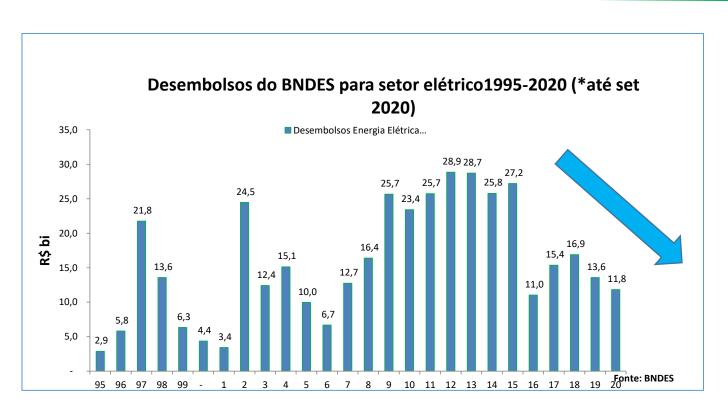
investimentos

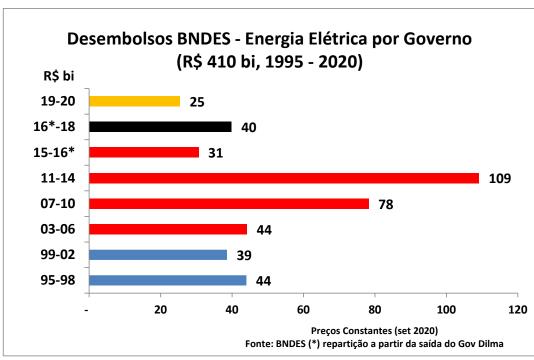
245

90

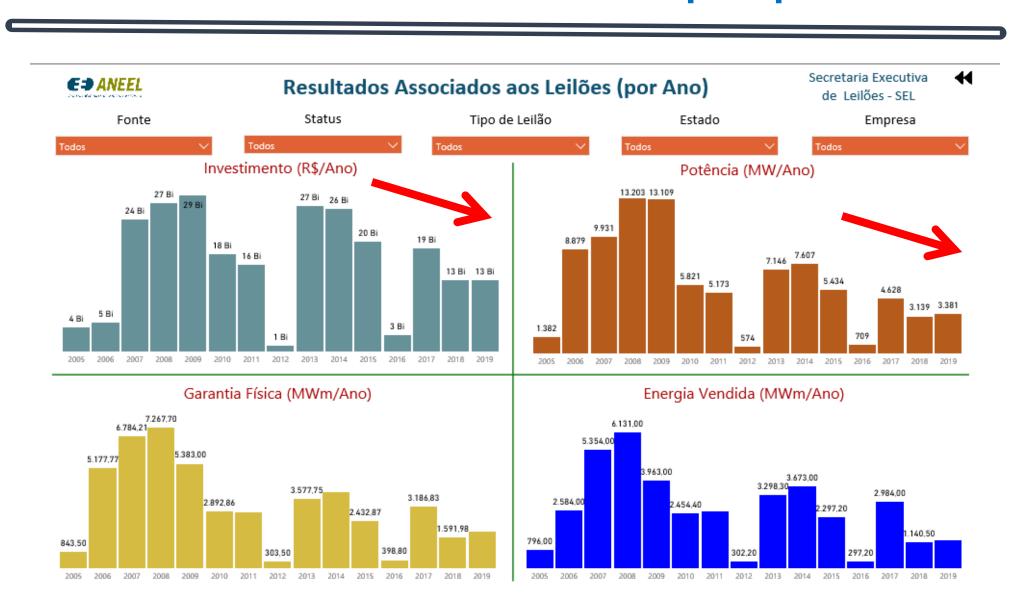
número fantasioso do MME para investimentos até 2029, haja visto os erros sistemáticos nas projeções de carga, demanda e PIB do governo (o Ministro Guedes não consegue impulsionar a economia, haja vista a sua defasagem em I relação as práticas de estímulo e o PDE do MME tem erros históricos grosseiros)

# Queda dos desembolsos do BNDES nos Governos Temer e Bolsonaro ajuda a explicar baixo investimento no setor elétrico nos últimos anos (MME precisa analisar estatísticas antes de criar argumentos superficiais sobre a queda de investimento da Eletrobras)





Para entender a queda do investimento da Eletrobras, o MME precisa explicar a queda na quantidade de potência contratada e nos leilões dos últimos anos, o que guarda relação com a falta de credibilidade do Governo Bolsonaro e desempenho pífio na economia.



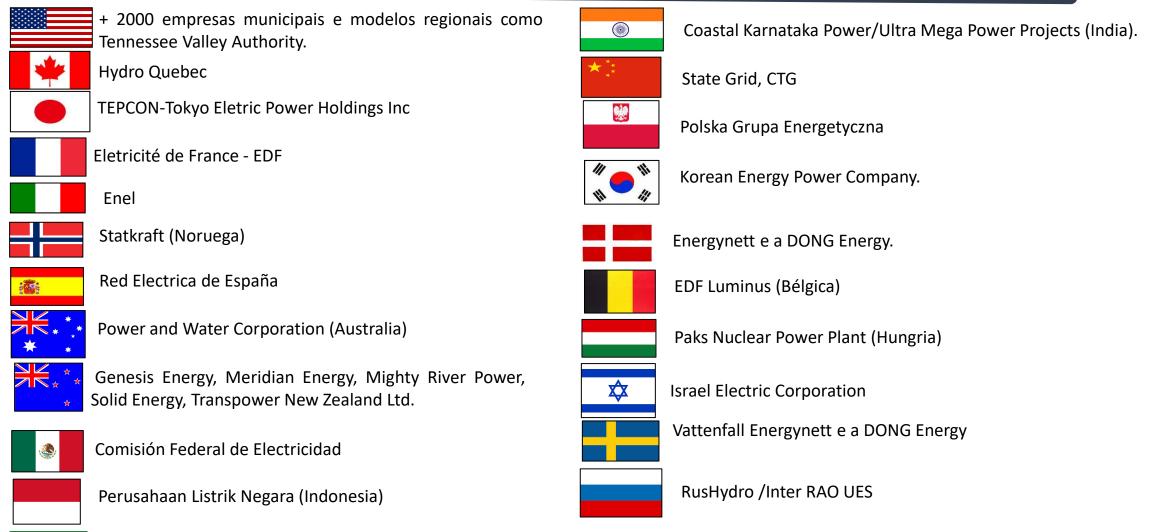
### Novas Interpretações sobre a capacidade instalada do Brasil

	GW
Capacidade Instalada SEB - MME 2019	163,00
(-) Privatização da Gerasul	4,60
(-) Privatização Gerasul Itá e Machadinho	0,80
(-) Programa Prioritário Termelétrica (PPT)	9,20
(-) Proinfa (ELB gestora não podia ter ativo)	3,30
(-) 50 % estruturantes (Parc. Público Privada)	8,80
(-) Desinvestimentos recentes ELB	0,78
(-) % market 10 UHEs (SPEs) com empresas ELB no capital:	3,24
Capacidade Instalada Potencial Ajustada	132,28
Capacidade instalada Eletrobras - MME 2019	50
Participação Ajustada Eletrobras	37,8

Analisar a evolução do market share da Eletrobras nos últimos 30 anos sem levar em conta a alienação de ativos e restrições de participação da Eletrobras em programas setoriais e leilões estruturantes é induzir o leitor ao erro..

Com este ajuste, se levarmos em conta o bloco ajustado, a participação seria de 37,8% e não 31% !!!

# Porque o Brasil quer rifar a Eletrobras, enquanto vários países possuem empresas estratégicas de energia ?





A Eletrobras é fundamental para desenvolvimento nacional, regional, local e fronteiriço do Brasil, sendo uma das maiores empresas de energia elétrica do mundo !!!

### Multinacionais no setor elétrico brasileiro

























































dentre outras...

### Países Sedes de Multinacionais rivais da Eletrobras e das empresas brasileiras























Será que empresas estrangeiras estão mais preocupadas com a remessa de lucro e geração de emprego para o país sede ou com o desenvolvimento da sociedade brasileira? A Eletrobras se preocupa com o Brasil !!!

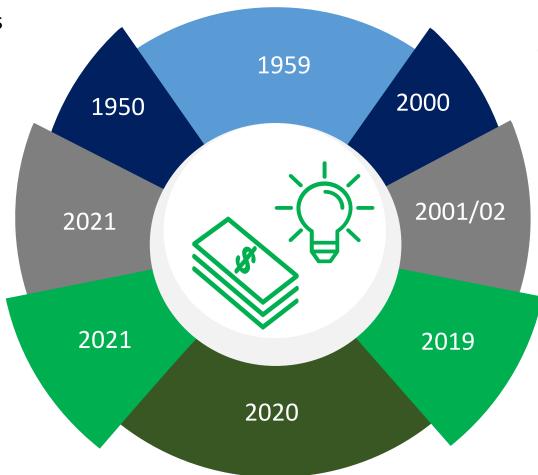
### O mito da eficiência privada no setor elétrico

Brizola encampa empresa de energia dos EUA por má serviço prestado no RS e acelera apoio norte americano a ditadura (nos anos 60)

Os racionamentos da Light nos anos 50 eram temas de marchinha de carnaval

Projeto de Capitalização da Eletrobras é um atentado as atuais e futuras gerações de brasileiros !!!!

**Crise do Texas**, por agentes privados, expõe população a preços extorsivos



### **Crise da California** (EUA)

por agentes privados expõe consumidores a escassez e preços abusivos

Racionamento 2001 por conta de má gestão do setor e sinal econômico para se comprar ativo pronto ao invés de investir na expansão

privatizações de energia e má serviços da Celg, privatizada, são investigados pelo Senado

Crise do Amapá, por agentes privados, deixa brasileiros na escuridão

### Outros exemplos de privatizações com efeitos perversos para a população brasileira

Vale privatizada destrói região de Mariana (18 mortos)



Vale privatizada destrói os recursos hídricos (milhões de atingidos, mesmo longe do acidente)



Vale privatizada destrói região de Brumadinho (272 mortos)



OI (criada privatizações anos 90) em recuperação judicial e dívidas monstruosas

### Peso dos Tributos no Setor Elétrico

	Carga sobi		
Competência	2018	2019	Variação
Tributos federais	15,9%	15,3%	-0,6 p.p.
Tributos estaduais	21,2%	21,2%	0 p.p.
Tributos municipais	0,02%	0,03%	0,01 p.p.
Encargos setoriais	12,9%	10,8%	-2,1 p.p.
Total	50,0%	47,3%	-2,7 p.p.

Para o **ano-calendário 2019** estimamos um impacto percentual de carga tributária e encargos setoriais na ordem de **47,3**% do total da receita operacional bruta de venda de energia ao consumidor final no Brasil<sup>®</sup>.

Percentual de carga total (tributos e encargos)

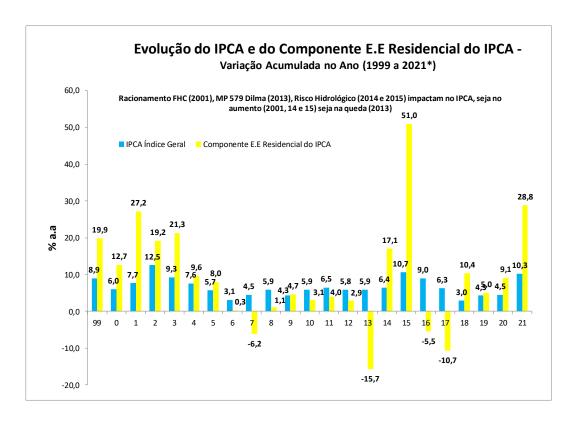
93,7 bilhões

198,3 bilhões

47,3%

Fonte: Acende Brasil

# Peso da Tarifa no IPCA (poder de compra dos brasileiros)



IPCA na casa de dois dígitos, sendo puxado pelo tarifa residencial, botijão de cozinha, combustível, dentre outros.

### Quem é quem no capital social da Eletrobras











Fundos Soberanos (com trilhões de dólares em ativos) tem ações da Eletrobras, tais como o Fundo Soberano de Cingapura, Emirados Árabes, Nova Zelândia, dentre outros.

Fundos de Investimento Globais de Grande Porte, tais como Black Rock, State Street, Legal & General, Franklin Resources, Vanguard, Nomura, Abeerden, T. Rowe Price, Arrowstreet, Kopernik, Fidelity, Franklin Templeton, Ishares, John Hancock, Pimco, Russel, Schwab, Invesco, dentre centenas de outros fundos.

Bilionários locais que ficaram mais bilionários na pandemia, como os donos da Ambeve e 3G Radar, além de fundos como Vinci, Opportunity, FIA Dinâmica Energia e outros possuem blocos expressivos de ações.

Fundos de pensão do Alaska, Arizona, California, LA, Chicago, Connecticut, Nova York, Illinois, Los Angeles, Missouri, Ohio, Oregon, Idaho, Mississipi, Minessota, New Jersey, Philadelphia, Wisconsin, Wyoming, Santa Barbara, Texas, Virginia Washington, Utah, New Mexico, Quebec e de empresas como AT&T, Bell Atlantic, Caterpillar, General Electric, Goldman Sachs, IBS, Boeing, Chevron, UPS, Duke, BP, Ford, GM, Shell, etc.

Grandes Bancos nacionais e estrangeiros tem ações da Eletrobras Santander, HSBC, Morgan Stanley, Citibank, Goldman Sachs, JP Morgan, Deustche Bank, Bank of Japan, Japan Trustee Services Bank, Bank of America, Deutsche Bank, UBS, Europe Central Bank, People S. Bank of China Bradesco, Itaú, International Monetary Fund, Banclass, Saudi Arabian Monetary Authority.

Privatizar Eletrobras para enriquecer bilionários locais e globais e financiar previdência dos países ricos, enquanto o brasileiro batalha o dia a dia pelo seu pão?

### Capital Social ELB – 2020 (Risco de Desnacionalização da Eletrobras)



### Composição Acionária da Eletrobras em 31/12/2020

Tabela 44

Acionistas	Ordinárias	%	Preferencial. "A"	%	Preferencial. "B"	%	Total	%
Acionista C	ontrolador							
União Federal	667.888.884	51,82	0	0	494	0,00	667.889.378	42,57
BNDESpar	141.757.951	11,00	0	0	18.691.102	6,68	160.449.053	10,23
BNDES	74.545.264	5,78	0	0	18.262.671	6,52	92.807.935	5,92
FND	45.621.589	3,54	0	0	0		45.621.589	2,91
FGHAB	1.000.000	0,08	0	0	0		1.000.000	0,06
Outros	358.028.908	27,78	146.920	100,00	242.987.127	86,80	601.162.955	38,31
Demais Acid	onistas							
Cust. CLBC								
Residente	221.568.126	17,19	82.812	56,37	133.714.017	47,77	355.364.955	22,65
Não Residente	97.712.776	7,58	1	0,00	92.262.005	32,96	189.974.782	12,11
Programa ADR	38.663.271	3,00	0		5.235.367	1,87	43.898.638	2,80
Demais								
Residente	84.489	0,01	21.629	14,72	9.666.577	100,00	9.772.695	0,62
Não Residente	246	0,00	27	0,02	213	0,00	486	0,00
Total	1.288.842.596	100	146.920	100	279.941.394	100	1.568.930.910	100

Risco de desnacionalização da Eletrobras com privatização, possibilidade de grandes acionistas estrangeiros terem até 10% do capital da Eletrobras e em, bloco, controlarem a companhia...

Golden Share não garante uma posição confortável para a União nesta correlação de forças...



Distribuição do Capital Social da Eletrobras pelos Continentes em 2020

Tabela 45

Continente	Ordinárias	%	Preferencial. "A"	%	Preferencial."B"	%
Oceania	2.113.555	0,16%	-	0,00%	2.210.779	0,79%
Europa	23.935.822	1,86%	28	0,02%	23.100.421	8,25%
América do Norte	92.533.486	7,18%	-	0,00%	59.608.509	21,29%
América do Sul	1.152.952.564	89,46%	146.892	99,98%	184.375.742	65,86%
Ásia	17.307.169	1,34%	-	0,00%	10.645.943	3,80%
África	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Total	1.288.842.596	100,00%	146.920	100,00%	279.941.394	100,00%

### A turma da Faria Lima e outros interesses na Privatização Eletrobras

Paulo Pedrosa (ex MME) e o escândalo The Guardian

Sport

• This article is more than 1 year old

behalf of oil giants

ige Wildlife Energy Pollution

Culture

UK trade minister lobbied Brazil on

A telegram obtained by Greenpeace shows that Greg Hands met a Brazilian minister to discuss relaxation of tax and environmental

Lifestyle

More

Guardian

d by readers



exigente e duro no mundo corporativo.



Barrocal: tem cheiro tucano na privatifaria da Eletrobras

"um aluno brilhante." O aluno brilhante virou um chefe

Vem aí um apagão e a conta 16% mais cara!







Reportagem "Capitalismo de Laços" expõe as relações promíscuas de profissionais com ligações históricas com investidores em posições chaves em diversas estatais.





A 3G e o negócio do século com a Eletrobras, por Luís Nassif

Por Luis Nassif - 28/08/2017



#### **AVISO AOS ACIONISTAS**

#### CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A CNPJ: 00.001.180/0001-26 COMPANHIA ABERTA



A candidata indicada pelo Acionista, que deverá concorrer à vaga no **Conselho de Administração** da Companhia, é a Sra. Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta, para eleição em separado pelos acionistas não controladores titulares de ações preferenciais da Companhia.



Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

À
CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
CNPJ 00.001.180/0001-78

A/C Sr. José Guimarães Monforte Presidente do Conselho de Administração A/C Sr. Armando Casado de Araújo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ref: AGO de 2018 - Indicação para o Conselho de Administração - Publicação de Aviso aos Acionistas

3G RADAR MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES ("3G Radar FIA"), com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo nº 501, 5º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.324.976/0001-85, nos termos de seu regulamento e neste ato representado pelo seu gestor 3G RADAR GESTORA DE RECURSOS LTDA. ("3G Radar"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.776.271/0001-36, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Borges de Medeiros, nº 633, sala 501, Leblon, acionistas da CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/ A ("Eletrobrás ou Companhia") detentores de ações preferenciais, vêm apresentar a indicação do Sra. Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta ("Candidata"), conforme anexo I, como candidata so Conselho de Administração da Companhia, pelas razões a seguir expostas:

### **FORBES 200 BILIONÁRIOS BRASILEIROS 2019**

1º BILIONÁRIO DO BRASIL

JORGE LEMANN

R\$ 104,7 BI

Sócio da 3G

3º BILIONÁRIO DO BRASIL

MARCEL TELLES

R\$ 44,99 BI

Sócio da 3G

5º BILIONÁRIO DO BRASIL CARLOS SUCUPIRA R\$ 37,35 BI Sócio da 3G

TOTAL DO TRIO

R\$ 186,05 BI

Sócios da 3G

Diretora Financeira da Eletrobras foi indicada pela 3G Radar para concorrer ao Conselho da Eletrobras representando investidores. Depois virou Diretora para tocar a capitalização. 3G passou de 5% para 15% das ações preferenciais no período. Não seria conflito de interesse?

Vide matéria do Ancelmo Gois no slide anterior....

### Um debate sobre a inconstitucionalidade

- Afronta a soberania e a cidadania a (Artigo 1º da CF) risco de desnacionalização do capital social da Eletrobras haja vista os diversos fundos internacionais que gerenciam bilhões\trilhões de dólares, poderem chegar, cada um, a 10% do capital social.
- Afronta aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a administração pública (artigo 37º da CF) o processo é eivada de pessoalidade (conflitos de interesse de acionistas minoritários que orbitam a Diretoria Executiva da Eletrobras, imoral (apagão proposital de informações e tratoragem do cronograma), não zela pela publicidade (falta de dados e não contratação do pregão eletrônico 09 e 10) e ineficiente alocativa (riscos de sobrepreços para as famílias e dividendos exorbitantes para acionistas residentes e não residentes, contribuindo para inflação, concentração de renda e desigualdade social).
- Afronta a à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, no que tange a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta (Artigos 70º e 71º da CF) usinas com contratos já assinados até 2042 seriam alvo de uma mudança lesiva para a União, população brasileira e futuras gerações.
- Soberania Nacional, Função Social da Propriedade, Defesa do Consumidor, Redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego, princípios que regem a ordem econômica (Artigos 170º da CF) risco real de desnacionalização do capital social, lucros exorbitantes para poucos, explosão tarifária para as famílias brasileiras, indústrias e serviços, descotização potencializando perdas aos consumidores fere os princípios que regem a ordem econômica.

### Um debate sobre a inconstitucionalidade

• Afronta ao imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo que regem a exploração direta de atividade econômica pelo Estado (Artigos 173º da Constituição Federal) - É digno de nota o papel da energia elétrica para inclusão social, desenvolvimento econômico local, regional, nacional e fronteiriço, segurança energética, modicidade tarifária, gestão estratégica de reservatórios, uso múltiplo da água (sobretudo como o atual episódio de escassez) além da relevância de empresas controladas pela União para operacionalizar, integralmente ou em parceria, projetos estruturantes, estratégicos, pautados nos ganhos da integração nacional numa vertente que transcende a lógica econômica, além de viabilizar políticas energéticas focalizadas e acoplagem com políticas industriais e sociais seletivas.

Desta forma, ao tirar o caráter de interesse coletivo e segurança nacional decorrente do controle do Sistema Eletrobras, a MP subjuga o Estado Brasileiro a um governo que se estende até 2022, com possibilidade de reeleição até 2026, porém podendo fazer com que empresas com mais de 70 anos e com contratos já assinados para além de 2050, deixem de ser controladas pela União, tudo isto sendo feito por Medida Provisória ao arrepio das melhores práticas e subsídios para tramitação legislativa

• Ofensa ao princípio de licitação para a prorrogação de concessões (artigo 175) - Este mecanismo heterodoxo de diluição do capital associado a quebra de contrato decorrente da descotização e prejuízos aos consumidores brasileiros, fere o artigo 175 que exige a realização de licitação, o que mostra, mais uma vez, a imprudência e ilegalidade de se debater um assunto desta natureza por Medida Provisória.

### Novas Denúncias que deveriam ser apuradas pelo TCU

- Ato Lesivo aos organismos de controle (TCU) e as instâncias de governança da Eletrobras em função da decisão da Diretoria de não contratar estudos indispensáveis de valuation.
- Ato Lesivo as melhores práticas de contratação de empresas controladas pela União e orientações do TCU (ex: caso SERPRO), haja vista o banquete de amigos que norteou a contratação por inexigibilidade do sindicato dos bancos
- Ausência de segregação de função da Diretora de Conformidade que atua como agente dupla: diretora líder do projeto de capitalização e diretora que deveria avaliar a conformidade do processo.
- Conflito de interesse da Diretora Financeira da Eletrobras, haja vista suas relações históricas com a 3G Radar que subiu sua participação em ações preferenciais da empresa de 5 para 15% desde sua nomeação.
- Drenagem de ativos físicos da companhia para maximizar a distribuição de dividendos
- Pedalada Fiscal da decisão da Comitê Nacional de Política Energética de exigir a antecipação de R\$ 5 bilhões da Eletrobras na CDE no ano eleitoral de 2022
- Fundos Regionais associados a privatização da Eletrobras como mecanismo para construir maiorias legislativas, burlar as leis orçamentárias, fidelizar a base em votações relativas a agenda de privatizações a partir de distribuição de recursos advindos da privatização da Eletrobras pelos próximos dez anos.

### Novas Denúncias que deveriam ser apuradas pelo TCU

Ato Lesivo do MME e da ANEEL junto as Casas Legislativas ao levar para apreciação do Parlamento documentos
oficiais que continham a afirmação de neutralidade tarifária da operação, sendo que o próprio MME maximizou
substancialmente os valores das tarifas na reunião do CNPE

Informações prestadas pelo MME\ANEEL antes e depois da privatização - Preços de Energia Capitalização Eletrobras e cálculo do impacto tarifário

	Freços de Lileigia Capitalização Lietrobras e calculo do impacto tarmano							
	Antes da Decisão Senado	Depois da Decisão Senado						
	Premissas de Valores na Cartilha MME	Premissas de Valores aprovados no CNPE						
Anos	(fev\2021 e jun\21)	para exercícios valuation (ago 2021)	%					
	Fonte: Fato Relevante 23.02.21 e site MME	Fonte: Fato Relevante 31.08.21 e site MME	, -					
	R\$/MWh	R\$/MWh						
2022 a 2025	155	233	50,3					
2026	155	207	33,5					
2027	155	181	16,8					
2028-2029	155	155	0,0					
2031-2051	167	155	-7,2					
Cálculo de	Impacto Tarifário - Premissas	MME chanceladas pela ANEEL	em					
Audiê	ncia no Senado Federal e acei	rvo documental subsequente						
		(?) pergunta a ser respondida ANEEL/MME -						
		ambos mantém a hipótese de neutralidade						
Cananaidan Cation	-6,34%	tarifária que alegaram na Audiência do Senado Federal?						
Consumidor Cativo	-0,54%	(?) pergunta a ser respondida ANEEL/MME -						
		ambos mantém a hipótese de neutralidade						
		tarifária que alegaram na Audiência do						
Consumidor Livre	0,00%	Senado Federal?						
Fonte das Info	ormações (destacando que ta	nto MME e ANEEL defenderam	estes					
números na Audiência do Senado Federal ocorrida em junho de 2021)								
	Apresentações formais e Cartilha do MME	,	,					
	sobre Privatização Eletrobras fev\jun 2021	Apresentação e Decisões CNPE (31/08) -						
Fonte	(Anexos A, B, C)	(Anexo D,E)						
	· ·	•						

### Novas Denúncias que deveriam ser apuradas pelo TCU

- Falta de clareza sobre a dotação orçamentária da nova empresa estatal criada e os riscos da União com o "osso" (dependente do Tesouro) enquanto o "filé" dos ativos da Eletrobras "descotizados e na modalidade PIE" são privatizados.
- Toma lá, dá Cá: nomeação da esposa do deputado líder do governo Ricardo Barros no Conselho de Itaipu logo após a tramitação do privatização na Câmara dos Deputados.

### ESTUDOS INDEPENDENTES DE VALUATION CONTRATADOS PELA ELETROBRAS SÃO INDISPENSÁVEIS AO PROCESSO DECISÓRIO (não se pode aceitar o Banco Genial, contratado sem licitação pelo BNDES, como único provedor de informações).

Ativos de Geração e Energia Gerada - Empreendimentos sob Responsabilidade Integral sob Regime de O&M - renovadas pela lei 12.783/13

Empresa Eletrobras	Empreendimento	Localização	Fonte	Início da Concessão	Início da Operação	Fim da Operação	Capacidade Instalada	Garantia Física	Fator (*)	Receita Anual	Anos Restantes de	Receita Esperada (Anos Restantes)	Correção receita até fim da concessão (% período, a partir da premissa	Receita Esperada Corrigida
		(Estado)					(MW)	(MW Médio)		R\$ milhões	Concessão	R\$ milhões	5%a.a)	
Eletronorte	UHE Coaracy Nunes	AP	Hidráulica	jun/97	dez/75	dez/42	78,00	62,60	100%	33,96	20,9	710,50	177,5	1.971,65
	Funil	BA	Hidráulica	ago/61	ago/62	dez/42	27,28	10,66	0%	2,01	20,9	42,06	177,5	116,73
	Pedra	BA	Hidráulica	ago/61	nov/78	dez/42	18,24	3,66	0%	0,69	20,9	14,43	177,5	40,03
Chesf	Complexo de Paulo Afo	BA	Hidráulica	out/45	jan/55	dez/42	3.901,43	2.067,10	15%	389,81	20,9	8154,61	177,5	22.629,31
Cilesi	Luiz Gonzaga (Itaparic	PE	Hidráulica	out/45	jun/88	dez/42	1.348,86	2.750,25	20%	518,64	20,9	10849,57	177,5	30.107,94
	Boa Esperança (Caste	PI	Hidráulica	out/65	abr/70	dez/42	216,33	3.778,47	28%	712,54	20,9	14905,84	177,5	41.364,23
	Xingó	SE	Hidráulica	out/45	dez/94	dez/42	2.882,59	4.806,69	36%	906,43	20,9	18962,11	177,5	52.620,52
	Furnas	MG	Hidráulica	jul/57	set/63	dez/42	1.216,00	5.834,90	12%	163,60	20,9	3422,46	177,5	9.497,46
	Luis Carlos Barreto (Es	SP/MG	Hidráulica	jun/62	mar/69	dez/42	1.050,00	6.863,12	14%	192,43	20,9	4025,57	177,5	11.171,09
- (1)	Porto Colômbia (2)	MG/SP	Hidráulica	mar/67 e ago/68	jun/73	dez/42	320,00	7.891,34	16%	221,26	20,9	4628,67	177,5	12.844,72
Furnas (1)	Marimbondo	SP/MG	Hidráulica	mar/67	out/75	dez/42	1.440,00	8.919,56	18%	250,09	20,9	5231,77	177,5	14.518,34
	Funil (3)	RJ	Hidráulica	jun/61 e mar/67	mar/70	dez/42	216,00	9.947,78	20%	278,92	20,9	5834,87	177,5	16.191,97
	Corumbá I (4)	GO	Hidráulica	out/81 e nov/84	out/96	dez/42	375,00	10.976,00	22%	307,75	20,9	6437,98	177,5	17.865,60
TOTAL								63.912,14		3.978,14		83.220,44		230.939,59

<sup>(\*)</sup> simulação estimada a partir dos dados consolidados das usinas em cotas nas planilhas Eletrobras (site) repartido pela garantia física do bloco de usinas por empresa

Usinas em cotas em 2020 geraram uma receita bruta de R\$ 3,9 bilhões, multiplicando este valor pelos anos restantes até o fim dos contratos de cotas já assinados até 2042 dá mais de R\$ 83 bilhões e, se corrigirmos este valor por 5% a.a, chega-se uma previsão de receita de R\$ 230 bilhões até o fim das concessões vigentes, o que mostra a importância de se precificar a renúncia de receita da União com a sua diluição, além do custo potencializado ao consumidor final.

### ESTUDOS INDEPENDENTES DE VALUATION CONTRATADOS PELA ELETROBRAS SÃO INDISPENSÁVEIS AO PROCESSO DECISÓRIO (não se pode aceitar o Banco Genial, contratado sem licitação pelo BNDES, como único provedor de informações).

#### Ativos de Geração e Energia Gerada - Empreendimentos sob Responsabilidade Integral renovados pela lei 13.182/15

TOTAL					1.584,08		1.568,34		46.348,16		198.362,60
Furnas	Itumbiara (1)	GO/MG	Hidráulica	fev-52	964,30	100,00%	1.033,38	30,16	31.162,02	335,5	135.706,49
	Xingó	SE	Hidráulica	dez-42	45,12	7,28%	38,95	21,00	817,88	178,6	2.278,58
	Boa Esperança (Castelo Branco)	PI	Hidráulica	dez-42	3,00	0,48%	2,59	20,92	54,22	177,5	150,48
	Luiz Gonzaga (Itaparica)	PE	Hidráulica	dez-42	20,13	3,25%	17,37	20,92	363,45	177,5	1.008,58
	Complexo de Paulo Afonso	ВА	Hidráulica	dez-42	46,70	7,53%	40,31	20,92	843,22	177,5	2.339,96
	Pedra	ВА	Hidráulica	dez-42	0,08	0,01%	0,07	20,92	1,50	177,5	4,16
	Funil	ВА	Hidráulica	dez-42	0,25	0,04%	0,21	20,92	4,46	177,5	12,38
Chesf	Sobradinho	ВА	Hidráulica	fev-52	504,50	81,40%	435,46	30,09	13.101,42	334,0	56.861,98
		(Estado)			(MW Médio)		R\$ milhões		R\$ milhões		R\$ milhões
Empresa Eletrobras	Empreendimento	Localização	Fonte	Fim da Operação	Garantia Física	Fator(*)	Receita Anual	Anos de Concessão	Rcceita Esperada durante concessão	Correção receita até fim da concessão (% período, a partir da premissa 5%a.a)	Receita Corrigida Estimada

<sup>(\*)</sup> simulação estimada a partir dos dados consolidados das usinas em cotas nas planilhas Eletrobras (site) repartido pela garantia física do bloco de usinas por empresa

Usinas em fundos regionais em 2020 geraram uma receita bruta de R\$ 1,5 bilhões, multiplicando este valor pelos anos restantes até o fim dos contratos de cotas já assinados até 2042 ou 2052 (Sobradinho e Itumbiara) dá mais de R\$ 46 bilhões e, se corrigirmos este valor por 5% a.a, chega-se uma previsão de receita de R\$ 198 bilhões até o fim das concessões vigentes, o que mostra a importância de se precificar a renúncia de receita da União com a sua diluição, além do custo potencializado ao consumidor final.

Variável de Análise	Narrativa MME – Min. Economia	Realidade	Observações
Tarifas de Energia Elétrica	Neutralidade Tarifária com privatização da Eletrobras	Explosão Tarifária com privatização da Eletrobras, haja vista que a energia em cotas é a energia mais barata no balanço energético das distribuidoras	ANEEL deixa claro na minuta do contrato de concessão que empresa privatizada negociará livremente a sua energia (não há milagre que concatene neutralidade tarifária e liberdade de preços)
Cotas de Energia	Traz riscos para os consumidores, como observado na crise hídrica	A crise hídrica traz riscos para toda a sociedade, porém é digno de nota a baixa agregação de capacidade instalada de geração e transmissão no Brasil nos governos Temer e Bolsonaro e as cotas (mesmo com risco) continuam mais baratas do que a média de preços de compra das distribuidoras.	A Eletrobras privatizada ficando com toda a energia descotizada assume os riscos, mas a recomposição de lastro das distribuidoras será repassado integralmente aos consumidores a preços maiores e a Eletrobras será uma "vaca leiteira" de dividendos para investidores residentes e não residentes as custas do orçamento das famílias e conta paga pelo setor produtivo
Atração de Investimento	A Eletrobras perdeu a capacidade de investir nos últimos anos	A Eletrobras investiu R\$ 100 bilhões nos últimos quinze anos, recentemente reduziu o investimento haja vista que nos governos Temer e Bolsonaro o foco era privatizar a empresa com um EBITDA exemplar, caixa cheio para novos sócios e subprecificada permitindo lucros extraordinários aos novos controladores	A retórica infantil de perda de capacidade instalada não se sustenta, pois o Brasil leilou de 2005 a 2019 mais de 90 GWs o que é similar a todo o parque gerador construído no século XX (temos 100 anos em 15)Eletrobras investiu R\$ 100 bi no período, superior a qualquer outro agente atuante no mercado brasileiro

Variável de Análise	Narrativa MME – Min. Economia	Realidade	Observações
Atuação do Estado	A Eletrobras precisa tornar Corporation para ser competitiva	A Eletrobras já é competitiva, tem os indicadores operacionais de G&T de referência no setor e diversos outros Estados Nacionais atuando no setor elétrico, haja vista sua interface com o desenvolvimento econômico e social	O Brasil tem enormes disparidades regionais e energia é base para desenvolvimento. A privatização da Eletrobras irá drenar dividendos para fundos da elite nacional e internacional ficarem mais ricos as custas do orçamento das famílias brasileiras e aumento do custo Brasil para o PIB Industrial e PIB Serviços
Financeirização da Venda de Energia e Crise	A privatização da Eletrobras estimulará as bolsas de energia	A provisão de energia elétrica constitui um elemento chave para a sociedade, não devendo ser objeto de criação de produtos financeiros especulativos, derivativos tóxicos, especulação horária, dentre outros	A crise da Califórnia de 2000, a crise imobiliária norte americana (que trouxe os riscos globais de modelagem de ativos tóxicos), a crise no Amapá e no Texas em 2020/21 deixam claro os riscos de ter os principais reservatórios com setor privado
Atuação da ANEEL	A ANEEL aprovou os estudos do MME e garantiu a neutralidade tarifária	A subserviência da ANEEL ao MME, a falta de prudência nas manifestações públicas, a falta de transparência nos cálculos e a omissão tem sido o modus operandi da ANEEL na capitalização	A Aneel "foi lá e fez o impossível": dizer que não haverá aumento de tarifária no Senado e na minuta do contrato de concessão diz que os preços das usinas são livremente negociados (esta equação não fecha)

Variável de Análise	Narrativa MME – Min. Economia	Realidade	Observações
Valuation da Eletrobras	Valuation da Eletrobras se pautará exclusivamente pelos estudos do BNDES (feitos pelo Genial que tem conflito de interesse) e não constituiu variável chave para análise das Casas Legislativas (não foi entregue nenhum valuation aos senadores !!!)	Diretoria da Eletrobras justificou o edital do pregão eletrônico 09/21 e 10/21 de valuation das outorgas de geração, Eletronuclear e Itaipu como essencial para trazer subsídios para a tomada de decisão, porém, em virtude da tratoragem do cronograma, deixa de exercer seu dever fiduciário e não contrata vencedor do certame 09\21	O MME, o BNDES e a Diretoria da Eletrobras negam o direito da sociedade brasileira e dos organismos de controle terem acesso aos estudos independentes que seriam contratados, de forma aderente as melhores práticas de contratação da adm. Pública, no edital 09, mostrando o pouco apreço pela consistência do processo decisório.
Racionamento x Negacionismo e explosão tarifária	A falta de investimento da Eletrobras contribuiu com o racionamento.	Os leilões de energia nova praticamente inexistiram nos governos Temer e Bolsonaro estrangulando a oferta de energia. Priorizou-se a venda de ativos prontos em operação comercial, ao invés de se estimular novos investimentos que geram emprego e renda	As usinas em cotas da Eletrobras geraram substancialmente ao longo dos últimos anos, mas um setor, intensivo em capital, ficar praticamente paralisado em agregação física desde 2016 compromete a sustentabilidade para atuais e futuras gerações.
Pedalada Fiscal da CDE	CNPE quer conter explosão tarifária para se evitar racionamento	MME e Ministério da Economia querem diferir explosão tarifária para depois das eleições para preservar a musculatura do candidato Bolsonaro	TCU tem que ficar bastante atento com as diversas ações deste governo de burlar a lei de responsabilidade fiscal e as leis orçamentárias.

Variável de Análise	Narrativa MME – Min. Economia	Realidade	Observações
Recomposição do Lastro das distribuidoras	A recomposição será gradativa para não penalizar o consumidor	O gradualismo é efêmero dado que, do ponto de vista estrutural, os sócios privados da Eletrobras terão enorme poder de mercado, sabendo que, a recomposição de lastro das distribuidoras é 100% coberta nas tarifas.	MME escondeu dos parlamentares a discussão da recomposição de lastro, pois suas orientações só vieram na reunião do CNPE posterior a aprovação da lei.
Poder de Mercado da Eletrobras privatizada, descotizada e na modalidade PIE	A Eletrobras será um agenda comum do setor elétrico, competindo em igualdade de condições.	A capitalização da Eletrobras permitirá ter uma empresa grande provedora de dividendos, haja vista a propriedade dos grandes reservatórios do país, a permissão de atuar como PIE, transacionando blocos de energia para mercado livre ou cativo, auferindo lucros extraordinários e tiram o direito a energia de cotas dos consumidores brasileiros.	A Eletrobras controlada pela União constitui o formato mais adequado para prover energia num país de fortes desigualdades regionais, viabilizar a transição energética e preservar preços mais equilibrados para o consumidor brasileiro (vasta literatura de Ciência Política e Economia Política sobre a relevância de empresas controladas União)
Tramitação do Projeto nas Casas Legislativas	O projeto foi amplamente debatido no Congresso	O projeto não foi debatido com o devido zelo, haja vista a adoção de ritos sumários na pandemia (não funcionamento das comissões), feirão de emendas, conectividade com orçamentos secretos e inconsistência das informações prestadas pelo MME e Aneel	O TCU não pode deixar ser atropelado pelos interesses do governo, haja vista o apagão proposital de informações por parte do MME, e Eletrobras.

Realidade

O conflito da União é uma usurpação da lei das S.A, dando

aos minoritários um poder extraordinário de guiar os

Observações

Este ponto deveria ser visto com

atenção pelo TCU, pois fica nítido que

Variável de Análise

**Conflito de Interesse** 

da União na AGO da

Narrativa

MME – Min.

**Economia** 

A União está

conflitada de

capitalização	votar na AGO.	rumos da companhia, os quais são os verdadeiros beneficiados finais com a operação.	qualquer operação de "capitalização" mexe com interesses de todos os ordinaristas e preferencialistas, não sendo razoável limitar o veto apenas a União.
Conflito de Interesse dos acionistas privados com participação representativa no capital social	Não há conflitos de interesse de acionistas privados	Os sindicatos já mostraram a existência de carta da 3G Radar indicando ao CA a senhora Elvira Presta que depois virou a Dir. Financeira, protagonista no processo, conflitos de interesse do ex- presidente Wilson na BR Distribuidora que comprou comercializadora e teve o nome na Proposta de Administração de 2021 para permanecer no CA.	A Diretoria de Conformidade é omissa em não observar conflitos tão óbvios e dizer que um mero termo de confidencialidade suprime qualquer evidência formal de conflito de interesse.
Atração de Investimento	A privatização atrai investimentos	Desde o Plano Real, o Brasil já teve mais de 700 transações societárias entre empresas de energia do Brasil e mais de 1290 novas usinas leiloadas, não sendo necessária a privatização da Eletrobras para atrair investidores.	Existe uma possibilidade de ocorrer o mesmo processo atual que vemos na Petrobras: desinvestimento de ativos físicos, potencialização de dividendos, aumento de preços para os consumidores, inflação de dois dígitos e perda da soberania energética

### Simulação Associação dos Empregados Eletrobras - AEEL

Impacto da descotização - orçamento das famílias rurais e urbanas, pequeno comércio (restaurante, salões de beleza, lojistas), setor público (hospitais e creches), serviços públicos e todo mercado cativo

### Premissas adotadas no estudo:

- Uso Político do Cronograma de descotização estabelecido pelo CNPE para beneficiar eleitoralmente o presidente em exercício, haja vista a neutralidade do impacto da descotização no ano de 2022;
- Valores Anuais dos custos R\$/MWh definidos pelo CNPE,
- Custo de Oportunidade perdido pelos consumidores em função da mudança legal que impediu a cotização de Tucuruí (um direito líquido e certo dos consumidores amparados pela Lei 12783/2013 com usufruto da sociedade brasileira a partir dos próximos anos);
- Custos dos Jabutis de Geração Térmica e de Extensão do Proinfa,
- Uso Político de Antecipação da CDE em 2022 para beneficiar eleitoralmente o presidente no exercício (ataque frontal a Lei de Responsabilidade Fiscal),
- Custos imbutidos para Fundos Regionais com bilhões injetados em instituições sem governança adequada, por fora do orçamento oficial e capaz de dar liquidez para uso político e construção de maiorias legislativas via emendas,
- Má fé de trazer para o debate o benefício da sociedade brasileira pelo fim do pagamento da dívida de Itaipu em 2023, o que aconteceria, com ou sem privatização da Eletrobras, lastreado na Lei Geral de Itaipu.

### Simulação Associação dos Empregados Eletrobras - AEEL

Impacto da descotização - orçamento das famílias rurais e urbanas, pequeno comércio (restaurante, salões de beleza, lojistas), setor público (hospitais e creches), serviços públicos e todo mercado cativo

Cálculo de Acréscimos de Custos para sociedade brasleira em relação a situação atual

Cenário 1: Premissas do CNPE (simulando o custo adicional decorrente da privatização espúria da Eletrobras pelas regras do governo)

Cenário 2: (cenário base da AEEL): Premissa de recomposição de lastro da energia descotizada gradualmente levandose em conta a tarifa média de compra de energia das distribuidoras em novembro de 2021 excluindo o percentual de cotas,

Cenário 3: Premissa de recomposição de lastro da energia descotizada gradualmente levando-se em conta o preço do PLD nos últimos 3 anos,

Cenário 4: Premissa de recomposição de lastro da energia descotizada gradualmente levando-se em conta o preço do Custo Marginal de Operação de 2021, o que representa a situação de stress decorrente de um governo que preconiza o desinvestimento e a venda de ativos físicos em operação comercial (que não agregam um único MW na capacidade instalada para atuais e futuras gerações) ao invés do estímulo a novos leilões de energia nova que geram renda, emprego, aumento do parque gerador e crescimento do PIB e das encomendas para os setores da indústria e serviços.

### Esta diferença tem dois efeitos: fatura mais cara para consumidor brasileiro e dividendos altíssimos nos bolsos da elite financeira nacional e internacional

65 R\$/MWh

### Tarifa Média – Usinas em Cotas

"A mais barata dentre a energia comprada pelas distribuidoras para atender as famílias brasileiras"

103 R\$/MWh

### Tar. Média Cotas + risco hidrológico

"continua com preço bem abaixo da média da energia comprada distribuidoras, mesmo alocando risco consumidor"

233 a 155 R\$/MWh

### Cenário 1: Preços do CNPE

Equivale a 233 R\$/MWh de 2022 a 2025, 207 R\$/MWh em 2026, 181 R\$/MWh em 2027 e 155 R\$/MWh de 2028 em diante

352 R\$/MWh **Cenário 2:** recomposição de lastro da energia descotizada gradualmente levando-se em conta a tarifa média de compra de energia das distribuidoras em novembro de 2021 excluindo o percentual de cotas

244 R\$/MWh

**Cenário 3:** PLD médio dos últimos três anos

575 R\$/MWh **Cenário 4:** recomposição de lastro da energia descotizada gradualmente levando-se em conta o o Custo Marginal de Operação de 2021

A descotização advinda da privatização da Eletrobras subirá a conta de energia para:

- famílias rurais e urbanas brasileiras,
- hospitais, clínicas,
- escola públicas,
- prédios públicos (de prefeituras e de governos estaduais e federal),
- pequena indústria,
- pequeno comércio (lojas, salões de beleza, restaurantes),
- -demais consumidores cativos...

Mesmo com a pedalada para suavizar o impacto na conta até eleição 2022, depois disso, você carregará esta conta até 2051 !!!

Você sabia que serão 30 anos de descotização !!!

### Resultados dos Cenários (R\$ bilhões)

	Premissas CNPE 1º cenário	Premissa Tarifa Média das distribuidoras 2º cenário (cenário base)	Premissas PLD (Média 2018 a 2021) 3º cenário	Premissa Custo Marginal de Operação 4º cenário
Custo adicional para o consumidor com a Descotização decorrente da privatização espúria da Eletrobras (não agrega o custo de oportunidade da não cotização de Tucuruí e os jabutis de térmicas e Proinfa)	R\$ 99, 6 bi	R\$ 319 bi	R\$ 195 bi	R\$ 578 bi

no slide seguinte; agregamos o custo de oportunidade de Tucuruí e os jabutis para dar uma ordem de grandeza

### Impacto Global ao Consumidor por conta do Cenário Base (R\$ bilhões)

### Aumento nos custos dos consumidores do ACR provocada pela privatização da Eletrobras

Ano	Mudança no Regime de Concessões - "descotização" *	Térmicas, PCHs e PROINFA- "Jabutis"	Desconto na tarifa pela CDE	Aumento total nas Tarifas do ACR
2022	0,0	0,0	-5,0	-5,0
2023	2,8	0,0	-0,6	2,2
2024	8,4	0,0	-1,1	7,3
2025	16,9	0,0	-1,7	15,2
2026	19,7	2,4	-2,3	19,8
2027	22,5	4,8	-2,9	24,4
2028 a 2047	506,3	126,4	-18,5	614,3
TOTAL	576,6	133,6	-32,1	678,1

<sup>\*</sup>Inclui aumento para o consumidor cativo decorrente da não cotização da Usina de Tucuruí a partir de 2024

Descotização de usinas cotizadas, não cotização de Tucuruí, jabutis de termelétrica e Proinfa tem um aumento até 2047 de cerca de 670 bilhões de reais

### Conclusão: as principais características do Projeto MME + Guedes

ARGUMENTOS LASTREADOS
EM FAKE NEWS

Argumentos do MME + Guedes são distorcidos seja em relação a dados do passado, presente e futuro da Eletrobras, como demonstrado nestes slides

**CHEQUE EM BRANCO** 

Ao não apresentar para as Casas Legislativas o Valuation da Eletrobras, o MME + Guedes deixa um cheque em branco para acionistas privados definirem preços, modelos e condições e tiram até mesmo o direito da União se manifestar sobre a operação.

**GOLDEN SHARE AS AVESSAS** 

MME + Guedes querem esterilizar o poder de voto da União limitando a sua participação a apenas 10% do voto, o que guarda relação com o aumento do poder para os preferencialistas (a esterilização de ações com poder de voto choca pela sua vocação predatória)

**TRATORAGEM** 

MME + Guedes impõem um ritmo de urgência de venda de uma empresa lucrativa, saudável, em meio a uma pandemia e do baixo nível dos reservatórios, sem respeitar ritos legislativos e documentação suficiente para manifestação do Congresso e do TCU

Referencial teórico neoliberal insuficiente para explicar setor elétrico e o papel do Estado

Sugere-se a leitura de produção acadêmica no campo da Economia Política e Ciência Política sobre atuação do Estado, capacidades estatais (livros consistentes produzidos pelo IPEA), política energética (Grupo de Economia da Energia – UFRJ), Variedades de Capitalismo (VOCs), Institucionalismo histórico (path dependence) e obras consagradas de Stiglitz, Amartya Sen, Chang, Peter Evans, Renato Boschi, Eli Diniz, dentre outros, para entender o que a discussão na academia sobre o papel do Estado nos dias

- 1) Existe um risco claro de desnacionalização da Eletrobras, pois basta seis dos principais fundos de investimento, fundos de previdência e fundos soberanos que hoje já detém ações da Eletrobras integralizarem 10% do capital social. Isto desrespeitaria a constituição brasileira que zela pela soberania. O MME reconhece para o cidadão brasileiro o risco da Eletrobras ser controlada por chineses, americanos, japoneses, franceses, árabes, singapurenses e outras nacionalidades?
- 2) O Comunicado ao Mercado da Eletrobras, datado de 07.05.2021 cita a RESOLUÇÃO Nº 176, DE 27 DE ABRIL DE 2021, do Ministério da Economia, assinado pelo Ministro Paulo Guedes, com o seguinte texto:

Art. 1º Cabe à Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras realizar a emissão e a oferta pública de ações após a conversão em lei da Medida Provisória nº 1.031, de 23 de fevereiro de 2021.

§ 1º Cabe à Eletrobras, no âmbito da atribuição de que trata o caput:

I - promover a articulação e o atendimento às normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários;

II - preparar a documentação relacionada com as suas competências para apreciação do Tribunal de Contas da União - TCU e dos demais órgãos de fiscalização e controle, no País e no exterior, e dos demais poderes competentes;

III – contratar os serviços técnicos especializados necessários à realização da emissão e oferta pública de ações a que se refere o caput; e IV - adotar as demais medidas necessárias à implementação da desestatização.

Após esta Resolução, a Eletrobras publicou os pregões eletrônicos 09 e 10 no DOU e a Diretoria Executiva, desrespeitando o dever fiduciário, não contratou a vencedor do pregão 09 (valuation Eletronuclear e Itaipu). Fica claro o desrespeito a Resolução do Min. Economia e o prejuízo para apreciação do TCU e dos acionistas como destacado acima. Como o presidente da Eletrobras lida com esta tratoragem?

- 3) Como o MME vê a dicotomia da ANEEL de afirmar aos senadores a neutralidade tarifária da descotização e, ao mesmo tempo, a própria ANEEL coloca na minuta do contrato de concessão que acionistas privados da Eletrobras capitalizada, na condição de produtor independente de energia, podem negociar livremente os preços. A ANEEL permanece com a afirmação da neutralidade mesmo após ela mesma divulgar a minuta do contrato de concessão?
- 4) Como a Diretora Financeira da Eletrobras e o BNDES convivem com o triplo papel do Banco Genial nesta operação: responsável pelo valuation do BNDES com direito a insider information da Eletrobras, representante de um grupo de acionistas que detém cerca de 5% das ações preferenciais da Eletrobras e corretora de valores mobiliários que indica a compra de papéis da empresa aos seus clientes, mesmo após ter assinado o termo de confidencialidade? Não seria algo como a raposa tomando conta do galinheiro?
- 5) O MME consegue explicar a denúncia das entidades sindicais e da revista Carta Capital relativo ao Ministério ter enviado aos senadores um documento sobre a neutralidade tarifária com tarifas 155 R\$/MWh de 2022 a 2028 e dois meses depois, atualizar os valores para patamares de 233 R\$/MWh (2022 a 2025), 207 R\$/MWh (2026) e 181 R\$/MWh (2027). Houve aumento de 50%! Podemos afirmar que o MME ludibriou os senadores, pois muitos deles citaram a neutralidade tarifária da cartilha do MME como base do seu voto. Como MME vê esta questão?
- 6) O BNDES pactua com a pedalada fiscal da CDE relativa ao adiantamento de R\$ 5 bilhões em 2022 em cronograma incompatível com a evolução natural do encargo, associado ainda a postergação do efeito da descotização para 2023, apenas depois das eleições? A pedalada da CDE e o diferimento da descotização tem nítido cunho político-eleitoral. Qual a posição a respeito disso?
- 7) Eletrobras investiu 100 bilhões em geração e transmissão desde 2004, segundo dados do seu balanço. Porque o MME faz uma argumentação infantil de incapacidade de investimento quando Eletrobras tem baixa relação dívida líquida/Ebitda e uma forte capacidade de captação e solvência. O MME não sabe que quando Temer colocou Eletrobras no PND, a empresa reduziu drasticamente investimento?

- 8) A contratação do Banco Genial por inexigibilidade pelo BNDES e do sindicato dos bancos pela Eletrobras não seria uma espécie de "banquete de amigos"? Lembramos que esta expressão foi usada pelo ministro do TCU ao se referir em sessão sobre a contratação por inexigibilidade do BNDES para a desestatização do SERPRO. O caso da Eletrobras não seria idêntico?
- 9) Como o MME vê a nomeação da esposa do deputado Ricardo Barros (o mesmo do caso Covaxin) para o Conselho de Administração de Itaipu, alguns meses após a aprovação da matéria na Câmara dos Deputados? O currículo não aponta que ela seja uma grande especialista no setor elétrico. Esta nomeação, na visão do MME, está aderente as melhores práticas de governança corporativa?
- 10) Qual tarifa foi utilizada para Angra III? Há previsão para reavaliação da tarifa da Usina Termonuclear de Angra III. O que será que o CNPE está esperando? O Modelo pode seguir sem a definição da tarifa da Usina Termonuclear de Angra III pelo CNPE? O BNDES não quer definir os novos valores da Tarifa da Usina Termonuclear Angra III para não elevar o valor da outorga da Eletrobras?
- 11) A União não terá prejuízo caso a definição dos valores da nova tarifa de Angra III sejam definidos após a transferência da Eletronuclear para a ENBpar? Há nessa demora na definição da tarifa da Usina Termonuclear de Angra III uma manobra do governo para favorecer acionistas privados? Porque a Diretoria Executiva não contratou o pregão eletrônico 09/2021 cujo escopo era justamente o valuation de Itaipu e Eletronuclear, mesmo realizando o pregão e tendo a consultoria independente LCA vencedora do certame?
- 12) Os estudos preveem que a ENBpar será uma empresa dependente da União e da Eletrobras?
- 13) Quem financiará Usina Termonuclear de Angra III, a manutenção das usinas Termonucleares existentes e os novos projetos Nucleares? Como a ENBpar conseguirá financiamento para a conclusão da Usina de Angra III, se não possui garantias para dar?

- 14) Qual impacto do estabelecimento de uma nova tarifa para Usina Termonuclear de Angra III sobre as tarifas no Ambiente de Contratação Regulado? O governo, por gastar bilhões em 2021 com geração termelétrica a preços exorbitantes decorrente do negacionismo de se reconhecer a necessidade de um racionamento estruturado, quer prejudicar os acionistas da Eletrobras não reconhecendo um valor justo para o reequilíbrio da tarifa de Angra ou prefere potencializar ainda mais as tarifas do ambiente regulado que está bastante elevado pelos erros crassos de condução da política energética. Porque tratorar a privatização se nem se tem ainda o valuation de Itaipu e Eletronuclear?
- 15) Como foi feito o Valuation de Itaipu? A metodologia que utiliza o valor do capital é uma manobra do governo para favorecer acionistas privados da Eletrobras provocando prejuízo ao erário público? Itaipu tem um enorme potencial de baratear a conta de luz dos cidadãos brasileiros. Qual a escolha do governo: baratear a conta de luz ou cobrar valores mais altos para bancar superávits para o governo as custas do orçamento das famílias e custos dos setores da agropecuária, indústria e comércio?
- 16) Em se tratando de usinas em cotas com contratos já assinados e indexados a índices de preços até dez 2042 e usinas de Itumbiara e Sobradinho ligados a lei 13182/2015 com contratos já assinados e indexados a índices de preços até 2052, perguntamos se o BNDES e o MME calcularam a renúncia de receita da União e potencial ato lesivo ao erário desta operação em desalinho com os artigos 70 e 71 da Carta Magna?
- 17) O mecanismo heterodoxo de diluição do capital social, na visão do BNDES, não fere o artigo 175 da Constituição que estabelece a licitação para prorrogação das concessões?
- 18) Em qualquer transação societária no mundo S/A, uma perda de controle acionário tem que estar associado ao pagamento de um prêmio pelo controlador abrir mão das suas prerrogativas da Lei das S.A e do Estatuto Social. Porque os acionistas que chegarem a 10% do capital social (máximo permitido) não pagam nenhum real a mais de prêmio de controle, uma vez que mesmo no modelo Corporation, teriam assento no Conselho de Administração da nova empresa? Não seria este um novo ato lesivo ao erário?

- 19) Como o BNDES e o MME veem a inconstitucionalidade da União permanecer garantidora de vários contratos da Eletrobras com bancos e outros credores, mesmo a Eletrobras sendo privada após a capitalização? Não seria esta uma assimetria do mercado competitivo ou a partir desta operação, a União passaria a ser garantidora de toda e qualquer empresa privada atuante no setor elétrico? A ANEEL permanecerá em silêncio e complacente com a União sendo garantidor de um ente privado?
- 20) Não seria conflito de interesse o BTG ser contratado pela segunda vez por inexigibilidade pela Eletrobras nos últimos anos atuar no sindicato de bancos, já que ele é um grande acionista da ENEVA (concorrente da Eletrobras) e tem laços históricos com Paulo Guedes, atual Ministro da Economia?
- 21) Os novos controladores poderão extinguir CNPJs de empresas subsidiárias da Eletrobras e fechar escritórios regionais? O que o caso do apagão do Amapá deixa de legado ao MME e que envolva uma reflexão sobre o risco para segurança energética com a privatização da Eletrobras?
- 22) A diuição da União na Eletrobras não abre um precedente para o governo vender o restante de suas ações para uso de recursos em anos de eleiç
- 23) Porque o MME e a ANEEL omitiram da sociedade brasileira a obrigatoriedade regulatória das distribuidoras recomporem lastro para cobrir o montante da energia da Eletrobras descotizada, sendo que os preços médios atuais do portfólio das distribuidoras são substancialmente superiores as cotas (a cota hoje é a energia mais barata do balanço energético das distribuidoras) e que esta recomposição, independente do preço, se dará com 100% de cobertura tarifária? Cadê a conta oficial do cálculo deste valor até 2042 com premissas coerentes com o histórico?

- 24) Estudo da PWC para o Instituto Acende Brasil diz que a carga de tributos e encargos incidentes sobre energia elétrica sobre a receita operacional bruta de venda de energia foi de 47,3%, o que equivale a 93,7 bilhões de uma receita de 198,3 bilhões? Porque a ANEEL e o MME não forneceram as Casas Legislativas e ao TCU os estudos completos de custo de descotização para o bolso dos brasileiros, agregando sobre o custo de energia o valor de tributos e encargos? Podemos afirmar que o MME e a ANEEL estão deliberadamente ferindo o Código de Defesa do Consumidor, ao fazerem estudos de impacto tarifário com premissas omissas e incompletas que induzem os tomadores de decisão ao erro? Porque o MME, além de não trabalhar para baratear a energia através da redução de encargos e tributos, ainda aumenta o Encargo do Serviço de Sistema com geração de térmicas a preços exorbintantes nos últimos meses (o que poderia ser evitado com um racionamento estruturado) além de ampliar o custo de energia de forma estratosférica com a descotização?
- 25) A privatização da Eletrobras e a gestão de todos os seus reservatórios na modalidade PIEs não cria uma deturpação excessiva no mercado, haja vista o poder de mercado desta Eletrobras de fazer diversas operações financeiras, especular nas bolsas de energia e repetir erros já observados nas crises da Califórnia (2000) e Texas (2019-20)?
- 26) O governo calculou a renúncia de receita para União ao se passar a expressiva parcela das empresas Eletrobras nos investimentos estruturantes Belo Monte, Santo Antônio e Jirau, todas as usinas no início da vida útil (podemos disser que estão na primeira infância) para acionistas privados que pegariam o filé mignon de internalizar os resultados destas usinas após pleno comissionamento. Como o MME e o BNDES explicariam isto ao TCU? O fluxo de caixa projetado captura a diferença do comissionamento para as projeções futuras?
- 27) Não seria um crime contra o erário a esterilização do poder de voto da União a no máximo 10%?. Para um leigo entender: a lei diz que a União, tendo 46% (o que já significaria a perda de controle, por exemplo), teria o mesmo poder de voto de um acionista residente ou não residente que tivesse 10%. Caso tenha um outro acionista com 10%, os dois, tendo 20% das ações, teriam exatamente o dobro do poder de voto da União, mesmo ela tendo 46%. Como o MME pretende explicar este absurdo ao TCU? Pedimos para mostrar qual Estado Nacional no mundo fez um ato tão insano como este ao privatizar um ativo? A privatização da Eletrobras é eivada de vícios de origem. Como a CVM vê este disparate? Fica claro que a União se torna um acionista de segunda classe pois só o voto dela pode ser esterilizado e jogado no lixo.